



ACÓRDÃO Nº908/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11664/2016.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Advogado:** Não Possui
- 4- **Órgão:** Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Rio Preto da Eva - SAAE
- 5- **Exercício:** 2015
- 6- **Responsável:** Lauro da Cruz Farias (Ordenador de Despesa), Fabiano Almeida Tavares (Ordenador de Despesa)
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Despacho nº 587/2018-DMP, Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Mario Manoel Coelho de Mello.

EMENTA: Prestação de Contas Anual Exercício de 2015.

Revelia. Irregularidade. Multa. Alcance. null. Determinação. Ofício.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 4, da Resolução n.04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Considerar revel o Sr. Lauro da Cruz Farias**, dando prosseguimento ao processo, nos termos do art. 20, §4º, da LO/TCE;
- 10.2. **Julgar irregular a Prestação de Contas do Sr. Lauro da Cruz Farias**, responsável pelo Serviço Autônomo de Água e Esgoto do Município de Rio Preto da Eva, no período de 01/01 à 20/10/2015, nos termos do art. 22, III, “b” e “c”, da Lei nº 2.423/96 c/c o art. 188, §1º, III, “b” e “c”, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;
- 10.3. **Aplicar Multa ao Sr. Lauro da Cruz Farias** no valor de **R\$ 8.768,25** nos termos do **art. 54, II**, da Lei nº 2.423/96 c/c o art. 308, VI, da Resolução nº 04/2002, por ato praticado com grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, correspondentes às Restrições nºs 1 a 16 e 18 da



ACÓRDÃO Nº908/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

Notificação nº 368/2017-DICAMI, transcritas na Fundamentação deste Voto, que deverá ser recolhida no **prazo de 30 dias** para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o **código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE**.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do **Termo de Quitação**. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo;

- 10.4. Aplicar Multa ao Sr. Lauro da Cruz Farias** no valor de **R\$ 4.384,12** (quatro mil trezentos e oitenta e quatro reais e doze centavos), nos termos do **art. 54, III**, da Lei nº 2.423/96 c/c o art. 308, V, da Resolução nº 4/2002, por ato de gestão ilegítimo ou antieconômico de que resulte injustificado dano ao erário, correspondente à Restrição nº 17 da Notificação n. 368/2017-DICAMI, transcritas na Fundamentação deste Voto, que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o **código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE**.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do **Termo de Quitação**. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo;

- 10.5. Considerar revel o Sr. Fabiano Almeida Tavares**, dando prosseguimento ao processo, nos termos do art. 20, §4º, da LO/TCE;

- 10.6. Julgar irregular a Prestação de Contas do Sr. Fabiano Almeida Tavares**, responsável pelo Serviço Autônomo de Água e Esgoto do Município de Rio Preto da Eva, no período de 21/10 à 31/12/2015, nos termos do art. 22, III, "b" e "c", da Lei nº 2.423/96 c/c o art. 188, §1º, III, "b" e "c", da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;

- 10.7. Aplicar Multa ao Sr. Fabiano Almeida Tavares** no valor de **R\$ 8.768,25** (oito mil, setecentos e sessenta e oito reais e vinte e cinco centavos), nos termos do art. 54, II, da Lei nº 2.423/96 c/c o art. 308, VI, da Resolução nº 4/2002, por ato praticado com grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária,



ACÓRDÃO Nº908/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

operacional e patrimonial, correspondentes às Restrições nºs 1 a 11, 13 e 14 da Notificação nº 369/2017-DICAMI, transcritas na Fundamentação do relatório Voto, que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o **código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE**.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do **Termo de Quitação**. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo;

- 10.8. Aplicar Multa ao Sr. Fabiano Almeida Tavares** no valor de **R\$ 4.384,12** (quatro mil trezentos e oitenta e quatro reais e doze centavos), nos termos do art. 54, III, da Lei nº 2.423/96 c/c o art. 308, V, da Resolução nº4/2002, por ato de gestão ilegítimo ou antieconômico de que resulte injustificado dano ao erário, correspondente à Restrição nº 12 da Notificação nº 369/2017-DICAMI, transcritas na Fundamentação do relatório Voto, que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o **código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE**.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do **Termo de Quitação**. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo;

- 10.9. Considerar em Alcance o Sr. Lauro da Cruz Farias** no valor de **R\$ 29.642,49** (vinte e nove mil, seiscentos e quarenta e dois reais e quarenta e nove centavos) com base no art. 305 da Resolução nº 04/2002, em face da restrição não sanada transcrita na fundamentação do relatório Voto (item 17 da Notificação nº 368/2017 – CI/DICAMI). O valor deverá ser recolhido, no prazo de 30 dias, na esfera Municipal para a Prefeitura Municipal de Rio Preto da Eva, ficando a DICREX autorizada, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;

- 10.10 Considerar em Alcance** por Responsabilidade Solidária o **Sr. Fabiano Almeida Tavares** no valor de **R\$ 29.642,49** (vinte e nove mil, seiscentos e quarenta e dois reais e quarenta e nove centavos) com base no art.



ACÓRDÃO Nº908/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

305 da Resolução nº 04/2002, em face da restrição não sanada transcrita na fundamentação do relatório Voto (item 12 da Notificação nº 369/2017 – CI/DICAMI. O valor deverá ser recolhido, no prazo de 30 dias, na esfera Municipal para a Prefeitura Municipal de Rio Preto da Eva, ficando a DICREX autorizada, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;

- 10.11 Determinar** ao Serviço Autônomo de Água e Esgoto do Município de Rio Preto da Eva, a estrita observância dos ditames legais apontados pela Unidade Técnica, remetendo-lhe cópias dos Relatórios Conclusivos e Parecer Ministerial;
- 10.12 Determinar** ao Serviço Autônomo de Água e Esgoto do Município de Rio Preto da Eva, que promova a cobrança administrativa dos débitos registrado no Sistema de Faturamento e Cobrança – SFC, que perfaz a soma de **R\$ 459.322,32**, sem prejuízo quanto a Inscrição na Dívida Ativa (Lei nº 6830/80), após as ações administrativas aplicadas;
- 10.13 Oficiar** a Sec. da Receita Federal do Brasil ante a ausência de comprovantes do recolhimento das contribuições previdenciárias;
- 10.14 Determinar** o encaminhamento de cópias dos autos ao Ministério Público Estadual, de acordo com o inciso XXIV, artigo 1º, da Lei nº 2423/96, para adoção de medidas que entender necessárias.

11- Ata: 43ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 18 de Dezembro de 2018

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Mario Manoel Coelho de Mello e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

14- Representante do Ministério Público: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente

Publicado no Diário Eletrônico do
TCE/AM,

Edição Nº _____

De ____/____/____



TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº _____

Fls. Nº _____

Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 5

ACÓRDÃO Nº908/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral

Este documento foi assinado digitalmente por YARA AMAZONIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS.
Para conferência acesse o site <http://consulta.tce.am.gov.br/spede> e informe o código: F4222E6D-3DEC8F75-3F579EE1-A01D1390